

RELATÓRIO ANUAL 2025 SICOOB NORTE MT



Disponível
também em
versão digital



SICOOB
Norte MT

Onde a Cooperação Ganha Território

A trajetória do Sicoob Norte MT teve início em 21/09/2015, impulsionada pela visão de 109 sócios-fundadores e pela mobilização de empresários de Sinop (MT). O objetivo era criar uma instituição financeira capaz de compreender e atender às demandas locais, refletindo fielmente o DNA cooperativista.

Hoje, a cooperativa expandiu sua presença e opera com 27 agências físicas, sendo uma Unidade Administrativa, cinco unidades em Sinop, duas em Alta Floresta e presença nas cidades de Colíder, Nova Canaã, Paranaíta, Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Feliz Natal, Vera, Cláudia, Terra Nova, Nova Guarita, Nova Santa Helena e Marcelândia. Conta também com escritórios de negócios em Mato Grosso (Novo Mundo, União do Sul, Carlinda, Santa Carmem e Itaúba) e no Pará (Novo Progresso e Moraes de Almeida), além de uma agência digital.



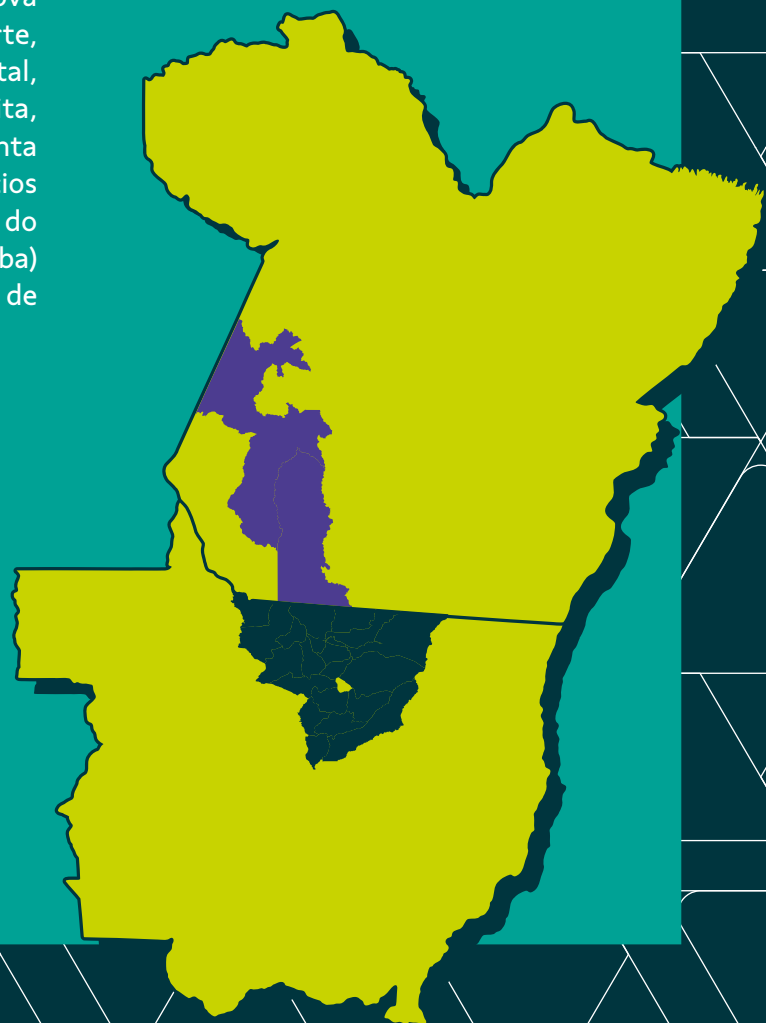
PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



SUMÁRIO

4

| MENSAGEM
DO PRESIDENTE

6

| GOVERNANÇA
CORPORATIVA

13

| NOSSA
GENTE

15

| DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

18

| SUSTENTABILIDADE E
RESPONSABILIDADE
AMBIENTAL

19

| EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

23

| SOLIDARIEDADE
E APOIO SOCIAL

39

| DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

44

| PRESENÇA
SICOOB NORTE MT

48

| DEMONSTRAÇÃO
FINANCEIRA

+++++



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Norival do Rosário de Campos Curado
Presidente do Sicoob Norte MT

Falar sobre 2025 e sobre o nosso Sicoob Norte MT é motivo de muito orgulho. Este é o ano em que completamos dez anos desde a conquista da nossa carta patente. Em janeiro de 2016 iniciamos nossa trajetória e agora celebramos uma década de funcionamento, de muito aprendizado, muitas conquistas e grandes realizações. Quando olhamos para trás, percebemos que aquilo que era apenas um sonho se tornou uma grande realidade.

O Sicoob conseguiu superar todos os projetos e expectativas que tínhamos enquanto Conselho e Diretoria. Conquistamos parceiros de ponta, de primeira linha e, principalmente, contamos com o grande diferencial: os nossos colaboradores. Conseguimos formar gerentes que se tornaram regionais, além de uma equipe que assumiu coordenações, gerências de agências e gerências internas nas unidades administrativas. Inclusive, houve gerente administrativa se tornando diretora e conselheiro assumindo diretoria executiva.

São pessoas que se engajaram 100% com o nosso propósito, que sempre foi construir uma cooperativa de crédito diferente daquilo que o mercado financeiro tradicional está acostumado.

Criamos uma cooperativa humanizada, levando a nossa missão muito a sério. Somos uma coope-

rativa de crédito que busca oferecer um atendimento diferenciado, com proximidade, respeito e um olhar humanizado para as pessoas. Da mesma forma, também queremos cuidar dos nossos parceiros e colaboradores.

Este foi um ano extremamente desafiador para todos nós. Nosso país e a nossa região enfrentaram diversos problemas sérios, como períodos de excesso de chuva e também de seca, além da instabilidade nos preços dos produtos do agronegócio. Nossa região depende, praticamente, em 80% do agronegócio e, por isso, enfrentamos muitas dificuldades.

Mesmo assim, o Sicoob Norte MT conseguiu se manter forte, sustentado pelo lastro construído ao longo desses dez anos de solidez. Construímos reservas, fortalecemos nossa estrutura e alcançamos um nível de robustez acima do que imaginávamos, o que nos permitiu atravessar esse momento difícil.

Quero aqui deixar meu agradecimento ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, aos diretores, às coordenações, aos gerentes, aos regionais e a todos os colaboradores. Todos entenderam a situação que estávamos vivendo na nossa região e no país e se dedicaram para agir da forma que era necessária.

Agradeço primeiramente a Deus e, principalmente, aos nossos associados, que acreditam no Sicoob Norte MT. Muitos estão conosco desde o início, desde quando sonhamos em criar essa cooperativa. À medida que fomos instalando nossas agências em cada cidade e em cada região, tivemos a adesão da sociedade, que acreditou e caminhou conosco.

Dessa forma, quero deixar a seguinte mensagem para vocês: acreditem, estamos no caminho certo. A cooperativa é séria, e to-

dos nós estamos aqui de passagem. Aqueles que são jovens, que começaram agora na cooperativa, ou que já estão há algum tempo conosco, terão muitas oportunidades pela frente.

A sociedade também poderá participar cada vez mais como associada, tendo voz e sendo ouvida, sempre com muito carinho e atenção.

Um grande abraço para todos vocês e que Deus nos abençoe.





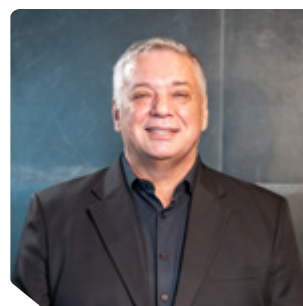
GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração possui atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, além de acompanhar a execução realizada pela Diretoria Executiva.



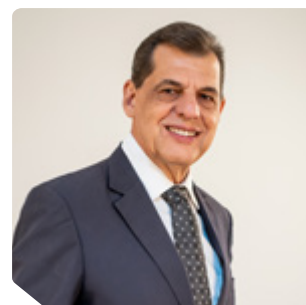
Norival do Rosário de Campos Curado
Presidente



Marcos Roberto Toló
Vice-Presidente



Antônio Virgilino Rodrigues



Cezar Luiz Biazus



Edmundo da Costa Marques Neto



Jacó Alves Bernardes

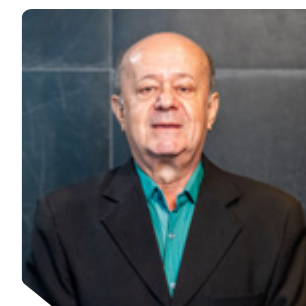


Marcio Kreibich

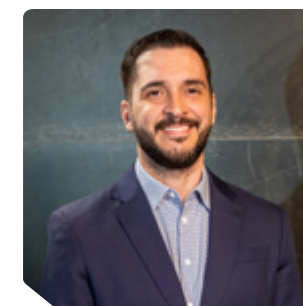


CONSELHO FISCAL

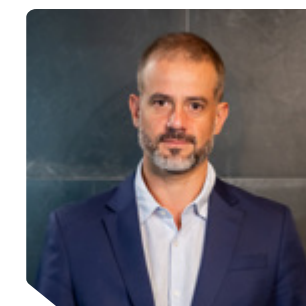
O propósito do Conselho Fiscal é monitorar e fiscalizar se as ações, projetos e metas decididos pelos cooperados/delegados em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária são executados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.



Acir de Lima Pinto
Coordenador



Bruno Robalinho Estevam
Efetivo



João Paulo Avansini Carnelos
Efetivo



José Francisco Jacobs Costa
Suplente



DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva tem como finalidade cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como executar planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos estatutários.



Diego Spiguel Granja
Diretor Executivo



Kleber Cândido Vargas Rodrigues
Diretor Administrativo



Edinéia Carvalho da Costa
Diretora Operacional



Marcio do Nascimento
Diretor de Negócios

MOVIMENTO SICOOB 2025



AGÊNCIAS DO SICOOB NORTE MT SÃO PREMIADAS PELO DESEMPENHO

Mais uma vez, o Sicoob Norte MT se destacou no Movimento Sicoob 2025, evento corporativo de grande porte realizado em março de 2025, em Cuiabá. Promovido pelo Sicoob Central Rondon, o encontro reuniu lideranças e equipes para um cronograma focado em capacitação, motivação e alinhamento estratégico. Durante a programação, a cooperativa consolidou sua posição de liderança ao ter várias de suas agências premiadas pelo desempenho excepcional registrado no ano anterior, reafirmando sua eficiência de gestão no sistema cooperativista.

Um dos marcos do evento foi a premiação da Campanha Coop Games da Central Rondon, iniciativa que utiliza o engajamento gamificado para educar sobre cooperativismo e finanças. Nesse cenário, as agências de Peixoto de

Azevedo e Vera atingiram o Nível Bronze, enquanto a agência de Marcelândia conquistou o Nível Diamante.

O evento serviu como uma plataforma para fortalecer a cultura da instituição. Para o Sicoob Norte MT, o reconhecimento público validou a solidez de suas operações e o compromisso com o desenvolvimento econômico regional.



COOPERATIVA CONQUISTA TROFÉU CISNE NA 7ª EDIÇÃO DO VENDE SICOOB

Nos dias 28/03/2025 e 29/03/2025, aconteceu a 7ª edição do Vende Sicoob e CNV (Campanha Nacional de Vendas), no Centro Internacional de Convenções em Brasília (DF). O evento reuniu mais de duas mil lideranças e colaboradores de todo o Brasil para celebrar os melhores desempenhos comerciais do sistema. O presidente e os gestores do Sicoob Norte MT participaram do encontro, onde nossa cooperativa foi premiada com o troféu Cisne, na categoria Cadência de Vendas.



SICOOB NORTE MT É DESTAQUE DO ANO 2025

O compromisso do Sicoob Norte MT com o desenvolvimento regional foi reconhecido em três importantes premiações no Norte de Mato Grosso em 2025. O empenho das equipes locais consolidou a imagem da cooperativa como referência em atendimento e gestão humanizada.

Em Colíder, durante o evento realizado em novembro, a ge-

rente de agência Erica Brito foi eleita a melhor da categoria pelo terceiro ano consecutivo, enquanto Camila conquistou o título de Melhor Gerente de Relacionamento. Já em Marcelândia, o profissionalismo de João Bregantini foi duplamente premiado como Melhor Gerente e Melhor Profissional de Instituição Financeira.

Encerrando as conquistas em outubro, a premiação em Guarantã do Norte homenageou Caroline Samaniego Mioto de Souza como Gerente Bancário e Keidiani Pereira como Gerente de Pessoa Física. Esses reconhecimentos reforçam a confiança da sociedade na competência técnica e na dedicação dos colaboradores que impulsionam a prosperidade em cada município.

Destaque Empresarial de Colíder



Destaque Empresarial de Marcelândia



Destaque Empresarial de Guarantã do Norte



IMPULSIONANDO A ECONOMIA REGIONAL



O “Deu a Louca no Comércio”, promovido pela Associação Comercial e Empresarial de Sinop (ACES), funciona como uma ferramenta estratégica para a economia re-

gional. A campanha amplia o fluxo de consumidores e potencializa o volume de vendas no varejo local. Alinhado ao propósito de fomento econômico, o Sicoob Norte MT

apoia a iniciativa por seu papel fundamental no desenvolvimento regional. Foram disponibilizados para a ação 10 cheques no valor de R\$ 1.500 cada.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE SINOP CELEBRA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A celebração anual conduzida pela Associação Médica de Sinop reafirmou a união da categoria e a relevância da cooperação mútua no ambiente da saúde. Para além do caráter social, o evento serve como plataforma de integração entre médicos e a

rede de suporte que atende o município. O Sicoob Norte MT marcou presença como patrocinador da festividade, validando o papel fundamental desses profissionais na construção de uma comunidade mais resiliente e saudável.



NOITE DE HOMENAGENS AO COMÉRCIO DE SINOP NO MÉRITO LOJISTA

A cerimônia do Prêmio Mérito Lojista 2025, promovida pela CDL Sinop, se consolidou como um dos momentos de maior prestígio para o comércio local. Realizado no DMD Centro de Eventos em setembro, o encontro reuniu lideranças e autoridades para homenagear empresas e empresários que impul-

sionam a economia da cidade. Como patrocinador do evento, o Sicoob Norte MT participou desta celebração à excelência e ao empreendedorismo, fortalecendo os vínculos com o setor lojista e apoiando o reconhecimento público daqueles que fazem a diferença no desenvolvimento de Sinop.



SINOP CONCENTRA LIDERANÇAS DA ADVOCACIA EM MATO GROSSO

O tradicional Baile do Rubi da OAB Sinop destacou a relevância da advocacia regional em um dos maiores encontros da categoria no estado. O evento, que marca as comemorações de agosto, serviu como plataforma para o fortalecimento do

ecossistema jurídico e o reconhecimento do trabalho dos profissionais da área. Como parceiro estratégico das forças produtivas e intelectuais da região, o Sicoob Norte MT marcou presença, validando a importância do associativismo jurídico.



PLANO DE EXPANSÃO DO SICOOB NORTE MT ENTREGA NOVAS UNIDADES E ESPAÇOS MODERNIZADOS

O ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento do compromisso do Sicoob Norte MT com o desenvolvimento regional e a proximidade com seus cooperados. Como parte do plano estratégico de expansão, a instituição consolidou sua presença por meio

de novas estruturas físicas e da modernização de unidades existentes, visando levar "justiça financeira" e serviços personalizados a mais comunidades na região Norte de Mato Grosso.

INAUGURAÇÃO EM MARCELÂNDIA

No dia 24/01/2025, foi oficializada a chegada a Marcelândia. Localizada na Avenida Colonizador José Bianchini, 996 – Centro, a unidade oferece tecnologia e conforto para atender produtores rurais, empresários e a comunidade local.



REINAUGURAÇÃO EM GUARANTÃ DO NORTE

A unidade em Guarantã do Norte passou por modernização e foi reinaugurada no dia 06/10/2025, na Rua Cambará, Centro.



AMPLIAÇÃO EM SINOP

No dia 17/04/2025, ocorreu a reinauguração da Agência Joaquim Martins Boigues, no anexo ao Machado Super Center. O espaço passou por uma ampliação, tornando-se mais amplo e funcional para qualificar o atendimento aos cooperados de Sinop.



Nossa Gente

Por trás de cada resultado estão pessoas comprometidas com o propósito cooperativista. Nossa equipe é formada por profissionais que trabalham todos os dias para gerar valor, promover desenvolvimento e fortalecer vínculos com a comunidade.



PERFIL DEMOGRÁFICO



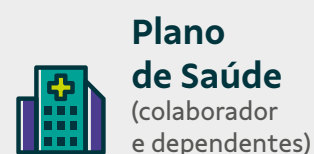
21 a 30 anos idade média dos colaboradores

1 a 3 anos tempo médio de casa

FAÇA PARTE!

Integrar o “time Sicoob” assegura uma série de vantagens e a participação em programas focados no desenvolvimento profissional dentro da cooperativa. Conheça os benefícios:

+++++



Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável



ODS: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O Sicoob Norte MT, integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, faz a diferença nas comunidades onde está presente. O compromisso da cooperativa é com o crescimento sustentável e com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, seguindo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Por isso, a instituição vai além do básico em serviços financeiros, ajudando a construir um futuro melhor e mais justo para todos.

O QUE SÃO OS ODS?

Os ODS são metas globais criadas pela ONU em 2015 para guiar o desenvolvimento do planeta até 2030. Esse conjunto de ações busca resolver problemas urgentes, como a pobreza e a falta de educação de qualidade, além de incentivar a igualdade de gênero, o cuidado com o clima e o trabalho em conjunto entre os países. O foco principal é superar desafios econômicos e sociais para garantir um mundo mais justo e equilibrado para as próximas gerações.

1ERRADICAÇÃO DA POBREZA

2FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

3SAÚDE E BEM-ESTAR

4EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5IGUALDADE DE GÊNERO

6ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

7ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

8TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

9INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

10REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

11CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

12CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

13AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

14VIDA NA ÁGUA

15VIDA TERRESTRE

16PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ESG

ESG é a sigla que resume práticas ambientais, sociais e de governança adotadas no dia a dia e na gestão de uma empresa. Esses pilares servem para medir o impacto na natureza, a relação com a sociedade e a transparência na administração do negócio. Na prática, é o modo de assegurar que as decisões da instituição respeitam o meio ambiente e cuidam do bem-estar das pessoas.



ENVIRONMENTAL
AMBIENTAL

A empresa se preocupa com o impacto que suas atividades têm no meio ambiente. Isso inclui como elas lidam com resíduos, consumo de energia, e emissões de carbono.



SOCIAL
SOCIAL

Refere-se a como a empresa se relaciona com as pessoas, tanto dentro quanto fora dela. Isso abrange o tratamento dos funcionários, diversidade, e o impacto na comunidade.



GOVERNANCE
GOVERNANÇA

Está ligado a como a empresa é administrada. Envolve práticas de transparência, ética nos negócios, e como as decisões são tomadas.





SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

SICOOB NORTE MT ENTREGA COPOS PERSONALIZADOS À GUARDA MIRIM DE COLÍDER

A Guarda Mirim de Colíder recebeu, no dia 19 de março de 2025, a entrega de copos personalizados para o uso de seus integrantes. A iniciativa buscou incentivar práticas sustentáveis dentro da instituição, estimulando a substituição de materiais descartáveis por itens reutilizáveis. Com a ação, o Sicoob reforçou o apoio às atividades da entidade, que atua na formação cidadã de crianças e adolescentes no município, unindo a conscientização ambiental ao fortalecimento da parceria local.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA



PROGRAMA "CONHECIMENTO EM FOCO" PROMOVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM 2025

O público adulto e infantil da região contou com uma série de palestras do programa "Conhecimento em Foco" durante todo o ano de 2025. A iniciativa do Sicoob Norte MT percorreu diversas comunidades e instituições, levando orientações sobre conscientização financeira e o desenvolvimento de competências para a vida pessoal e profissional. O projeto buscou levar ferramentas práticas de planejamento e gestão de recursos para o cotidiano dos participantes.



RESULTADOS SUSTENTÁVEIS ++++

Durante o ano de 2024, o Sicoob Norte MT contou com a dedicação de colaboradores e voluntários para tirar do papel projetos, palestras e ações que geram mudanças reais nas comunidades.

O foco das iniciativas foi criar oportunidades de crescimento e educação, priorizando temas como educação financeira, sustentabilidade e cidadania. Para o Sicoob Norte MT, ver o resultado positivo desse trabalho e o desenvolvimento das pessoas atendidas traz a certeza de que a cooperativa está no caminho certo.

**281**

voluntários cadastrados

**108**

voluntários engajados

**299h**

de voluntariado

**30.616**

pessoas beneficiadas

**160**

ações realizadas

**15**

municípios contemplados

**2**

estados

AGÊNCIAS MOBILIZAM SINOP E REGIÃO DURANTE A GLOBAL MONEY WEEK

Agências do Sicoob Norte MT em Sinop e região realizaram, entre os dias 17 e 23 de março de 2025, uma programação especial voltada à Global Money Week (Semana Global do Dinheiro). Alinhada à Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), a iniciativa promoveu atividades educativas sobre planejamento,

consumo responsável e organização das finanças pessoais. Com o uso de metodologias adaptadas, como dinâmicas lúdicas para o público infantil, a cooperativa buscou transformar o conhecimento técnico em hábitos sustentáveis para a segurança financeira e o desenvolvimento social da comunidade.



COOPERATIVA PROMOVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CLÍNICAS PARA O PÚBLICO DA NORTE SHOW

Durante a Norte Show, entre os dias 14 e 17 de abril de 2025, o Sicoob Norte MT desenvolveu ações de educação financeira direcionadas a diferentes perfis de público. Para as crianças, foram realizadas contações de histórias com a coleção “Financinha”, estimulando o aprendizado sobre poupança, economia e consumo consciente. Simultaneamente, os adultos contaram com clínicas financeiras e atendimentos individuais, nos quais cooperados e visitantes receberam orientações sobre investimentos, organização de recursos e planejamento pessoal. As iniciativas reforçaram o papel da cooperativa na promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável para as famílias e a comunidade.



SEMANA ENEF LEVA SABEDORIA FINANCEIRA A ADULTOS E CRIANÇAS



A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), realizada de 12 a 18 de maio, ocorreu em várias cidades do estado. Durante esse período, as agências do Sicoob Norte MT promoveram diversas palestras de educação financeira, voltadas para adultos e crianças em diferentes instituições, levando leveza e sabedoria financeira.



AÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA MARCAM SEMANA DO COOPERATIVISMO



Do dia 25 a 31 de agosto, foi realizada a Semana do Cooperativismo, que contou com ações de educação financeira para todas as idades. A iniciativa teve como objetivo compartilhar conhecimento, incentivar o uso consciente de recursos e fortalecer os princípios do cooperativismo junto à comunidade.



SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR PROMOVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Entre os dias 06 e 12 de outubro, foi realizada a Semana Mundial do Investidor, promovendo educação financeira em várias cidades. Durante essa semana, ocorreram atividades e orientações que ajudaram a comunidade a compreender melhor o mundo dos investimentos e a importância do planejamento financeiro.



SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL

TEATRO EDUCATIVO E ENTREGA DE OVOS DE PÁSCOA BENEFICIAM PÚBLICO DOS CRAS

Entre os dias 11 e 16 de abril de 2025, o município de Sinop recebeu uma ação de teatro educativo viabilizada por meio de parceria com a Prefeitura Municipal. Realizada nas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a iniciativa promoveu momentos de lazer e inclusão para

o público infantil em situação de vulnerabilidade. A programação contou com apresentações artísticas, brincadeiras lúdicas e a entrega de ovos de Páscoa, fortalecendo vínculos comunitários e garantindo um ambiente de acolhimento e celebração para as famílias atendidas.



OFICINA DE OVOS DE PÁSCOA DE MATUPÁ RECEBE DOAÇÃO DE CHOCOLATES E CACAU

Uma parceria entre o Sicoob Norte MT e a Prefeitura Municipal de Matupá viabilizou, no dia 11 de março de 2025, a entrega de insumos para a Oficina de Ovos de Páscoa da cidade. A iniciativa resultou na doação de 120 barras de chocolate e 5 kg de cacau 50%, materiais

destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Com o apoio da RARES–NR, a ação buscou fortalecer a assistência social do município e garantir que a comunidade local tivesse acesso aos recursos necessários para a celebração da data.



4ª EDIÇÃO DO TRADICIONAL PEIXE SANTO EM COLÍDER

Nos dias 12 e 13 de abril de 2025, a cidade de Colíder, em Mato Grosso, celebrou a 4ª edição do tradicional Peixe Santo. O evento, realizado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente com o apoio do Sicoob Norte MT, reuniu a comunidade em torno dos lagos municipais.

A festividade proporcionou aos moradores momentos de lazer por meio da pesca recreativa, permitindo que cada participante levasse para casa os peixes fígados. Mais do que um incentivo ao consumo de pescado, a iniciativa promoveu a integração social e o aproveitamento dos espaços públicos da cidade.



COMUNIDADES RECEBEM ATIVIDADES NA SEMANA DAS CRIANÇAS

Entre os dias 06 e 12 de outubro, foi realizada a Semana das Crianças, com atividades especiais e distribuição de brinquedos e doces. A ação ocorreu em diversas cidades com agências da instituição, proporcionando momentos de integração com a comunidade e reforçando o compromisso com o bem-estar infantil.



SICOOB NORTE MT ARRECADA QUATRO TONELADAS



DE ALIMENTOS PARA O NATAL

No mês de dezembro, foi realizada a campanha de arrecadação de alimentos para o Natal com a participação de todas as agências do Sicoob Norte. Foram arrecadadas cerca de quatro toneladas de alimentos onde a cooperativa está presente.

Juntos, fazemos a diferença na comunidade. A iniciativa reforça o compromisso com a solidariedade e com o apoio às comunidades em que a instituição atua, levando mais esperança e dignidade às famílias beneficiadas neste período natalino.



MAGIA DO NATAL NAS AGÊNCIAS DO SICOOB NORTE MT

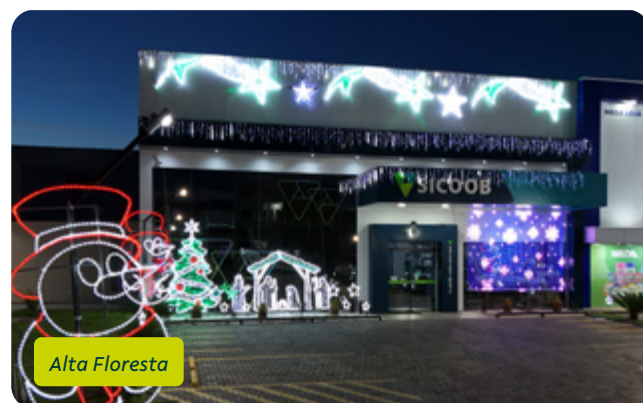
As agências do Sicoob Norte MT se transformaram em cenários de luz e encanto durante o Natal de 2025. A decoração especial em várias cidades celebrou a união e o espírito cooperativo no encerramento do ano. Os registros fotográficos eternizam a magia presente em cada detalhe planejado para acolher os cooperados.



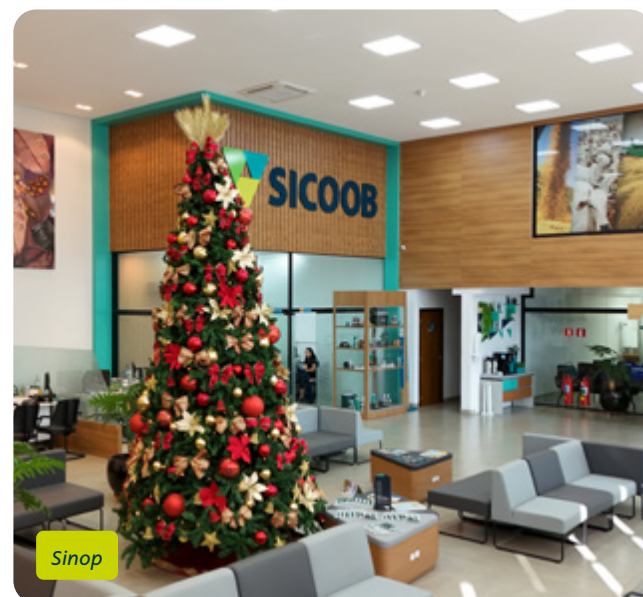
Sinop



Alta Floresta



Alta Floresta



Sinop



Colider



Guarantã do Norte

FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE GANHAM PANETONES DO NATAL SOLIDÁRIO

Durante o Natal Solidário, foi realizado o apoio ao CRAS na doação de panetones para famílias em situação de vulnerabilidade. A ação teve como objetivo promover a celebração da data com o público prioritário, fortalecendo o compromisso institucional com a solidariedade e o bem-estar da comunidade.





5ª EDIÇÃO DO MEGA COSTELÃO LIONS CONTA COM APOIO DO SICOOB NORTE MT

No dia 01/05/2025, Dia do Trabalhador, ocorreu a 5ª edição do Mega Costelão do Lions Club, na paróquia São Cristóvão, em Sinop. O Sicoob Norte MT foi um dos apoiadores desse evento, que destina toda a renda ao Hospital da Visão de Sinop.

Além do apoio institucional, a equipe do Sicoob também demonstrou, de forma concreta, seu compromisso com a comunidade ao assumir a responsabilidade por toda a operação dos caixas do evento.



SICOOB NORTE MT E PARCEIROS MOBILIZAM SINOP NA 6ª EDIÇÃO DO PROJETO “A FOME NÃO ESPERA”

O Sicoob Norte MT, em conjunto com a Prefeitura de Sinop e a faculdade Unifasipe, protagonizou a 6ª edição do projeto social “A Fome Não Espera”, no dia 26 de março de 2025. Realizada no DMD Centro de Eventos, a iniciativa viabilizou a entrega de mil cestas básicas para a Secretaria de Assistência Social. Os de mantimentos foi direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade que contam com o suporte dos CRAS no município.

A força do projeto reside em uma rede de colaboração que une diferentes frentes da sociedade sinopense. Enquanto o Sicoob Norte MT reafirmou seu compromisso com o cooperativismo ao oferecer suporte essencial na arrecadação e na logísti-



ca, a Unifasipe mobilizou seus acadêmicos em uma competição solidária entre os cursos para a coleta dos alimentos. Esse esforço coletivo contou ainda com a participação de empresários locais e o apoio da Prefeitura, que acompanha a ação desde o seu primeiro ciclo.



Além de combater a insegurança alimentar, durante toda a programação os moradores tiveram acesso a serviços municipais fundamentais, como a atualização do Cadastro Único, a pesagem obrigatória para o Bolsa Família e a aplicação de vacinas.

A 6ª edição do “A Fome Não Espera” reforça o papel da cooperação e do engajamento coletivo na promoção da assistência social, da cidadania e do bem-estar da comunidade.

3º BOI NO ROLETE BENEFICIA SAÚDE E INCLUSÃO



No dia 18 de maio de 2025, o Parque Municipal Vale do Esperança, em Terra Nova do Norte, recebeu a 3ª edição do Boi no Roleta, evento que reuniu a comunidade em uma celebração marcada pelo propósito social e pelo apoio do Sicoob Norte MT. Com 10h de música ao vivo e quatro atrações musicais, a festa comemorou o aniversário do município integrando lazer, cultura e uma gastronomia preparada por profissionais. Toda a renda arrecadada durante a festividade será revertida para o Banco Ortopédico do Rotary Club local — que oferece gratuitamente cadeiras de rodas e muletas à população — e também para a APAE, parceira na organização.

PARCERIA FORTALECE A TRADICIONAL FESTA DA PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A festa "Ligados na Catedral", realizada nos dias 06 e 07 de junho, em Sinop, reuniu um público de mais de 50 mil pessoas. O evento, que contou com barracas de comidas típicas juninas, sorteio de prêmios e atrações musicais, teve o Sicoob Norte MT como patrocinador oficial.

O patrocínio visa sustentar as atividades evangelizadoras da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e suas comunidades. Presente com um estande próprio, a cooperativa estreitou laços com o público, apresentando soluções financeiras personalizadas e reforçando sua atuação comunitária.



SINOP CELEBRA PADROEIRO SANTO ANTÔNIO

A celebração em honra a Santo Antônio, realizada em junho, reafirmou sua posição como um dos principais marcos do calendário religioso e cultural de Sinop. Além das atividades festivas, a iniciativa mobilizou o voluntariado e levantou recursos para a reforma do prédio onde fica o centro catequético. A participação do Sicoob Norte MT como parceiro do evento sublinhou o compromisso da cooperativa com o desenvolvimento humano, mantendo viva a cultura e as tradições locais.



SINOP RECEBE A 45ª FESTA DO PADROEIRO SÃO CRISTÓVÃO

O Sicoob Norte MT foi apoiador da 45ª edição da Festa do Padroeiro São Cristóvão, em Sinop, realizada no dia 27 de julho. Ao apoiar a celebração, a cooperativa integrou-se à programação que reuniu a comunidade para a carreata, bênção de veículos e Santa Missa. A presença da equipe garantiu suporte ao evento, que proporcionou à comunidade o tradicional churrasco, matinê e sorteios de motocicletas e prêmios em dinheiro.



COOPERATIVA INTEGRA CELEBRAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DE NOVA SANTA HELENA



O Sicoob Norte MT integrou a comitiva oficial da Tradicional Cavalcada de Nova Santa Helena, realizada entre 15 e 17 de agosto de 2025. A presença da cooperativa foi um ponto central nas comemorações do aniversário de emancipação política e administrativa do município, evento que reuniu o setor produtivo, a comunidade e autoridades públicas para celebrar a história e o desenvolvimento da cidade.

ARRAIÁ DA APAE DE VERA CONTA COM APOIO DO SICOOB NORTE MT

A solidariedade se transformou em uma grande festa no dia 06 de julho, no município de Vera, durante o Arraiá da APAE, evento que mobilizou aproximadamente 300 pessoas em prol da manutenção da entidade. A festividade, repleta de quitutes tradicionais e gincanas, serviu como uma plataforma de arrecadação vital para o custeio das atividades e atrações artísticas da instituição. O Sicoob Norte MT esteve no centro da operação, com colaboradores que assumiram a gestão dos caixas para oferecer segurança e eficiência ao público.



APOIO AO ESPORTE



CICLO SICOOB ARRECADA 900 KG DE ALIMENTOS

No dia 06 de julho, foram entregues 900 kg de alimentos ao Lar Vicentino. Os mantimentos foram arrecadados durante a 6ª edição do Ciclo Sicoob em Sinop, realizada em julho de 2025, que reuniu centenas de famílias e bateu recorde com mais de 1.300 participantes. O evento tradicional contou com um percurso de 6km, promovendo saúde e lazer com o apoio da Guarda Civil Municipal e distribuição de frutas e água. Pelo impacto comunitário e pela relevância social da ação, a cooperativa conquistou o 5º lugar no Ranking Nacional das Cooperativas Sicoob, recebendo o Selo Cidadania e Sustentabilidade.

A iniciativa reforça o compromisso do Sicoob com a responsabilidade social e a solidariedade. A doação contribui para o apoio às pessoas atendidas pela instituição e fortalece ações de promoção do bem-estar e da inclusão social.



SINOP SE MOBILIZA PARA A 3ª CORRIDA DO NORTÃO



O dinamismo do esporte tomou conta das ruas de Sinop no dia 27 de abril de 2025, com a realização da 3ª Corrida do Nortão. Contando com o patrocínio do Sicoob Norte MT, o evento mobilizou aproximadamente 1.200 atletas de 45 municípios, demonstrando a força da cooperação no incentivo a grandes iniciativas regionais.

Com um percurso de 10km pelas principais vias da cidade, a competição integrou atletas amadores e profissionais em uma estrutura de alto nível. O apoio do Sicoob Norte MT foi essencial para viabilizar a celebração da saúde e da superação, que além de fortalecer o calendário esportivo de Mato Grosso, promoveu a qualidade de vida e a integração social entre os participantes.

AÇÃO ESTRATÉGICA NO MOTOCROSS DE NOVA GUARITA

A adrenalina do Circuito Mato-grossense de Motocross 2025, de Nova Guarita serviu de cenário para uma presença de marca imponente do Sicoob Norte MT. Durante os dias 19 e 20 de abril, a cooperativa se destacou na pista local com uma estrutura completa de balão e tenda, garantindo visibilidade máxima perante o público que acompanhou a programação.

Muito além do impacto visual, a participação foi marcada por uma ofensiva comercial direta. Através de uma ação interativa de sorteio de brindes exclusivos, o Sicoob mobilizou os visitantes para um cadastro voluntário de prospecção. A iniciativa superou as expectativas, resultando na captação de mais de 120 novos contatos. Esses leads agora integram o funil de relacionamento da cooperativa, permitindo que o time de negócios apresente soluções financeiras personalizadas a potenciais novos cooperados da região.



VERA SEDIA A 1ª COPA DE VOLEIBOL

O município de Vera foi centro esportivo nos dias 05 e 06 de julho de 2025, quando o Ginásio de Esportes Deoclides Rodrigues de Freitas recebeu a 1ª Copa de Voleibol Masculino e Feminino. O evento reuniu cerca de 250 pessoas e contou com o incentivo do Sicoob Norte MT, que além de apoiar a competição, é o patrocinador oficial do time de voleibol da cidade.

O torneio mobilizou 16 equipes masculinas e 10 femininas, integrando atletas locais e de municípios vizinhos em torno da cooperação e do talento esportivo.



10ª CORRIDA E CAMINHADA DO PORTAL DA MATA EM SINOP



Em março de 2025, a cidade de Sinop recebeu a 10ª Corrida e Caminhada do Portal da Mata, evento organizado pela Chiara que reuniu atletas e famílias em prol da saúde e da integração social. A iniciativa promoveu um ambiente de superação e convivência, conectando o bem-estar ao fortalecimento da comunidade local através do esporte. O Sicoob Norte MT esteve presente como patrocinador oficial do evento.

9º TORNEIO DE BEACH TENNIS DO CONDOMÍNIO MONDRIAN

Em setembro de 2025, as quadras de Sinop foram palco de mais uma edição do Torneio de Beach Tennis do Condomínio Mondrian, evento que já se consolidou como um ponto de encontro para quem busca saúde e integração. Como patrocinador oficial da competição, o Sicoob Norte MT esteve presente para incentivar o espírito esportivo e o bem-estar das famílias participantes. Com uma estrutura completa, que incluiu praça de alimentação e espaços de convivência, o torneio reforçou a importância do esporte como ferramenta de união comunitária.



3ª CORRIDA HOMENS DO FOGO



Em novembro, a Avenida das Figueiras, em Sinop, recebeu a 3ª Corrida Homens do Fogo, evento tradicional do Corpo de Bombeiros Militar que mobiliza atletas amadores e profissionais. Com um percurso de 7 km, a prova foi uma integração entre a corporação e a sociedade. O Sicoob Norte MT marcou presença na iniciativa, apoiando e incentivando a prática do esporte.

39 ANOS DE CANAÃ DO NORTE



Entre os dias 08 e 11 de maio de 2025, Nova Canaã do Norte celebrou seus 39 anos de história, reunindo mais de 10 mil pessoas em uma programação realizada pela Prefeitura Municipal com o apoio do Sicoob Norte MT. O evento integrou atos religiosos a grandes shows nacionais, como João Neto & Frederico e VH & Alexandre, movimentando toda a região.

EXPOLÂNDIA REÚNE 6 MIL PESSOAS

Marcelândia registrou público superior a 6 mil pessoas na Expolândia, realizada entre 09 e 12 de julho de 2025. O evento contou com shows de Bruno & Barretto, Guilherme & Santiago e Breno Reis & Marco Viola, consolidando-se como o principal marco do calendário local.

A equipe do Sicoob Norte MT atuou durante toda a programação, focando na visibilidade da marca e no relacionamento direto com a comunidade.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLUÇÕES FINANCEIRAS FORTALECEM O COMÉRCIO EM VERA

A Praça 13 de Maio tornou-se o centro da economia de Vera no dia 08 de novembro, durante a 5ª edição do Feirão Liquida Tudo. O evento reuniu 28 empresas de setores variados, atraindo um público de aproximadamente 800 pessoas interessadas em oportunidades de consumo e fomento local. O Sicoob Norte MT integrou o circuito de expositores com foco em converter o potencial do evento em negócios reais. Através da oferta de produtos e serviços sob condições diferenciadas, a equipe atuou diretamente no suporte financeiro aos consumidores e lojistas presentes.



FOMENTO IMOBILIÁRIO NA MT CONSTRUIR



Entre os dias 17 e 20/09/2025, Sinop sediou a MT Construir, principal feira da construção civil e do mercado imobiliário do Norte de Mato Grosso. O Sicoob Norte MT esteve presente de forma oferecendo linhas de crédito imobiliário exclusivas para fomentar novos negócios e aquisições. O evento reuniu profissionais e empresas do setor para promover inovação e desenvolvimento regional, consolidando parcerias fundamentais para o crescimento do mercado habitacional.

INOVAÇÃO NO ACELERA SINOP

Realizado de 31/10/2025 a 02/11/2025, o Acelera Sinop mobilizou o ecossistema de inovação em uma jornada colaborativa para criar soluções para desafios regionais. Como patrocinadora do evento, a cooperativa apoiou o uso de metodologias ágeis e a continuidade de ideias por meio de programas de pré-aceleração. A iniciativa reforçou o compromisso da cooperativa com a tecnologia e o empreendedorismo, conectando mentes criativas ao desenvolvimento econômico e social.



FEIRAS DE AGRONEGÓCIO



COOPERATIVA IMPULSIONA O AGRO NA NORTE SHOW 2025

Com uma presença estratégica, o Sicoob Norte MT participou da Norte Show 2025 oferecendo soluções financeiras exclusivas e condições especiais em seus produtos e serviços, reforçando seu compromisso com o desen-

volvimento do setor produtivo.

Consolidada como a maior feira do agronegócio de Mato Grosso, a Norte Show é realizada anualmente em Sinop, reunindo produtores, empresas e o que há de

mais moderno em tecnologia, máquinas, genética e inovação para a agricultura e pecuária. O evento se destaca como o principal encontro do agronegócio na região médio-norte do estado e figura entre os mais importantes do Brasil.

2ª AGROTÃ EM GUARANTÃ DO NORTE

Em maio de 2025, o Parque de Exposições da Acriã transformou-se no epicentro tecnológico da região com a 2ª Agrotã. Mais do que uma feira, o evento consolidou-se como um divisor de águas para os setores de agricultura, pecuária e mineração, conectando expositores e marcas ao produtor local. O Sicoob Norte MT mergulhou no cotidiano do campo, instalando-se no coração da feira para oferecer um suporte financeiro, com produtos e serviços desenhados para a realidade do agronegócio.



SICOOB NORTE MT LEVA LINHAS DE CRÉDITO AO PRODUTOR

Colíder concentrou as atenções do agronegócio regional entre os dias 09 e 12 de julho com a realização do Show Rural. O evento, consolidado como um pilar de inovação para o setor, também serviu de palco para o Sicoob Norte MT apresentar suas linhas de crédito com taxas competitivas, reafirmando sua parceria com o produtor rural. Durante os quatro dias de feira, a cooperativa atuou como um braço estratégico no fomento de novos negócios, conectando tecnologia e suporte financeiro para impulsionar a produtividade no campo.



SOLUÇÕES FINANCEIRAS E TECNOLOGIA NO CAMPO EM ALTA FLORESTA



Em julho de 2025, a Tecnoalta transformou o Sindicato Rural de Alta Floresta no centro das atenções do agronegócio no Norte de Mato Grosso. Com o suporte do Senar-MT, o evento conectou o que existe de mais moderno em maquinários e genética às necessidades reais das propriedades da região. O Sicoob Norte MT integrou essa estrutura de negócios, levando para dentro da feira um portfólio completo de produtos e serviços financeiros.

PRESENÇA E FOMENTO ECONÔMICO NA 17ª EXPOVALE

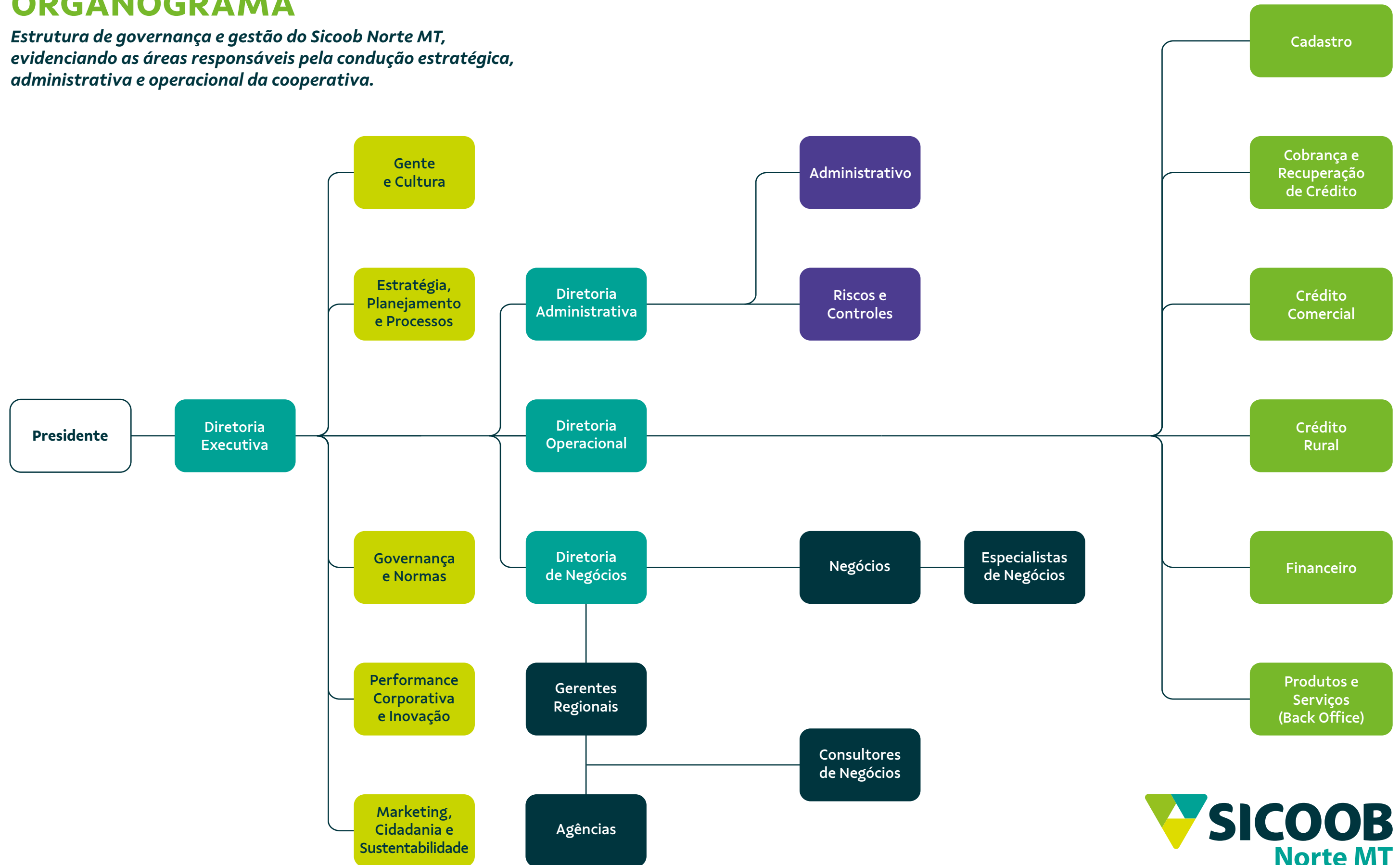
A 17ª Expovale, ocorrida de 27 a 31/08/2025 em Peixoto de Azevedo, contou com o patrocínio do Sicoob Norte MT e destacou-se pela forte movimentação econômica e adesão de público. O evento serviu como uma vitrine estratégica para o desenvolvimento regional, impulsionando negócios e parcerias em diversos setores produtivos. Com uma programação diversificada, a feira consolidou-se como um pilar de crescimento, reafirmando o papel da cooperativa no suporte aos grandes eventos da região.





ORGANOGRAMA

Estrutura de governança e gestão do Sicoob Norte MT, evidenciando as áreas responsáveis pela condução estratégica, administrativa e operacional da cooperativa.





PRESENÇA SICOOB NORTE MT

UNIDADE ADMINISTRATIVA

Av. das Itaúbas, 3779, Setor Comercial
CEP 78.550-170 – Sinop/MT
Telefone: (66) 3211-2451

AGÊNCIA ACÁCIAS

Av. das Acácias, 1283, Setor Residencial Sul
CEP 78550-059 – Sinop/MT
Telefone: (66) 3211-0800

AGÊNCIA ÊNIO PIPINO

Av. Governador Júlio Campos, 1142, Setor Comercial
CEP 78550-286 – Sinop/MT
Telefone: (66) 3515-6655 / 3532-0078

AGÊNCIA TARUMÃS

Av. Tarumãs, 278 – Setor Industrial Sul
CEP 78557-446 – Sinop/MT
Telefone:

AGÊNCIA JOAQUIM MARTINS BOIGUES

Rua Alberto Baranjack, 51, 1º andar, Sala B, Chácara
CEP 78559-899 – Sinop/MT
Telefone: (66) 3515-0580 / 0715

AGÊNCIA VITÓRIA RÉGIA

Av. André Maggi, 6301, Jardim dos Ipês
CEP 78553-580 – Sinop/MT
Telefone: (66) 99200-7457

AGÊNCIA COLÍDER

Av. Tancredo de Almeida Neves, 981, Setor Leste
CEP 78500-000 – Colíder/MT
Telefone: (66) 3541-1522

AGÊNCIA ALTA FLORESTA

Av. Ludovico da Riva Neto, 2738, lote AC –9/E
CEP 78580-000 – Alta Floresta/MT
Telefone: (66) 3521-5052

AGÊNCIA ARIOSTO DA RIVA

Av. Ariosto da Riva Neto, 2387, Setor E
CEP 78580-000 – Alta Floresta/MT
Telefone: (66) 99928-4510

AGÊNCIA GUARANTÃ DO NORTE

Rua Cambará, 863, Centro
CEP 78520-000 – Guarantã do Norte/MT
Telefone: (66) 3552-3481 / 3540

AGÊNCIA MATUPÁ

Av. Deputado Sebastião Alves Júnior, 417, Setor Industrial
CEP 78525-000 – Matupá/MT
Telefone: (66) 3595-1810

AGÊNCIA PARANAÍTA

Rua Antônio Ferreira Alencar, 26
Quadra 10/ Setor Comercial
CEP 78590-000 – Paranaíta/MT
Telefone: (66) 3211-0911

AGÊNCIA NOVA CANAÃ DO NORTE

Av. Brasil, 121, lote 008, quadra 084, centro
CEP 78515-000 – Nova Canaã do Norte/MT
Telefone: (66) 3191-0102

AGÊNCIA CLÁUDIA

Av. Eurico Gaspar Dutra, 1064, Centro
CEP 78540-000 – Cláudia/MT
Telefone: (66) 3546-1094 / 3546-1107



AGÊNCIA FELIZ NATAL

Av. Maravilha, 342, Centro
CEP 78885-000 – Feliz Natal/MT
Telefone: (66) 99929-6303 / (66) 99210-2485

AGÊNCIA VERA

Av. Padre Antônio, 1714, Centro
CEP 78880-000 – Vera/MT
Telefone: (66) 3583-2149 / 3583-2170

AGÊNCIA PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Thiago Magalhães Nunes, 900, Centro Novo IB
CEP 78530-000 – Peixoto de Azevedo/MT
Telefone: (66) 3575-1949 / 3575-3179

AGÊNCIA NOVA SANTA HELENA

Av. Brasil, nº05, Centro
CEP 78513-000 – Nova Santa Helena/MT
Telefone: (66) 99976-1801

AGÊNCIA NOVA GUARITA

Ruas das Orquídeas, s/n, Centro
CEP 78508-000 – Nova Guarita/MT
Telefone: (66) 66 99675-6305

AGÊNCIA TERRA NOVA

Av. Norberto Schwantes, 1320, Centro
CEP 78505-000 – Terra Nova /MT
Telefone: (66) 99613-8416

AGÊNCIA MARCELÂNDIA

Av. Colonizador José Bianchini, 996 –Centro
CEP 78535-000 – Marcelândia /MT
Telefone: (66) 99913-0065

PONTOS DE ATENDIMENTO

PA 14 | ESCRITÓRIO ITAÚBA

Rua Vereador João Farina, 98, Centro
CEP 78510-000 – Itaúba/MT

PA 16 | ESCRITÓRIO CARLINDA

Rua Eva Lúcia Sawaris, 173, Centro
CEP 78587-000 – Carlinda/MT

PA 18 | ESCRITÓRIO SANTA CARMEM

Av. Izidoro Malinski, 722, Quadra 49, Lote 007, Centro
CEP 78545-000 – Santa Carmem/MT

PA 19 | ESCRITÓRIO NOVO MUNDO

Av. Ayrton Senna, 225, Setor II
CEP 78528-000 – Novo Mundo/MT

PA 22 | ESCRITÓRIO UNIÃO DO SUL

Av. Porto Alegre, 97, Centro
CEP 78543-000 – União do Sul/MT

PA 24 | ESCRITÓRIO NOVO PROGRESSO

Rua Santos Dumont, 295, Edif. WNP Telecom, Jardim Planalto
CEP 68193-000 – Novo Progresso/PA

PA 25 | ESCRITÓRIO MORAES DE ALMEIDA

Av. Ametista, 310, Jardim das Orquídeas
CEP 68189-000 – Itaituba/PA



Economia total de

R\$ 398.661.639



32.567

Cooperados Ativos



R\$ 12.241

Economia Média por Cooperado

R\$ 339.423.560

Taxas de juros

Economia em relação as taxas praticadas no mercado

R\$ 53.281

Consórcio

Economia em relação a taxas praticadas no mercado

R\$ 18.852.439

Tarifas pagas

Economia em relação ao valor médio de serviços PF e PJ

R\$ 3.567.679

Adquirência

Economia em relação a taxas praticadas nas maquininhas de cartão do mercado.

Benefício econômico total para o cooperado



DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

ATUALMENTE O SICOOB POSSUI



14
cooperativas centrais



322
cooperativas singulares



4,7 mil
pontos de atendimento



9,5 milhões
de cooperados



58,9 mil
colaboradores



4,2 mil
dirigentes, presidentes, vice-presidentes e diretores

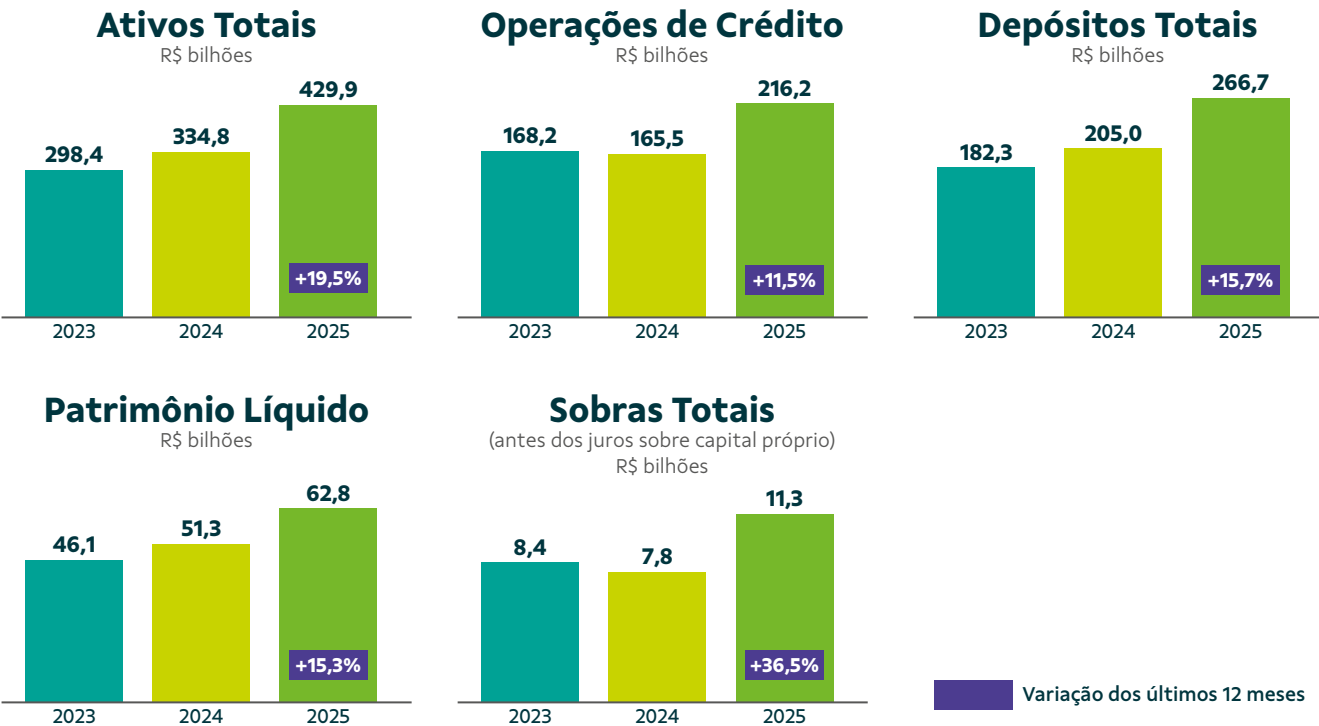


2.486
municípios brasileiros em que estamos presentes fisicamente

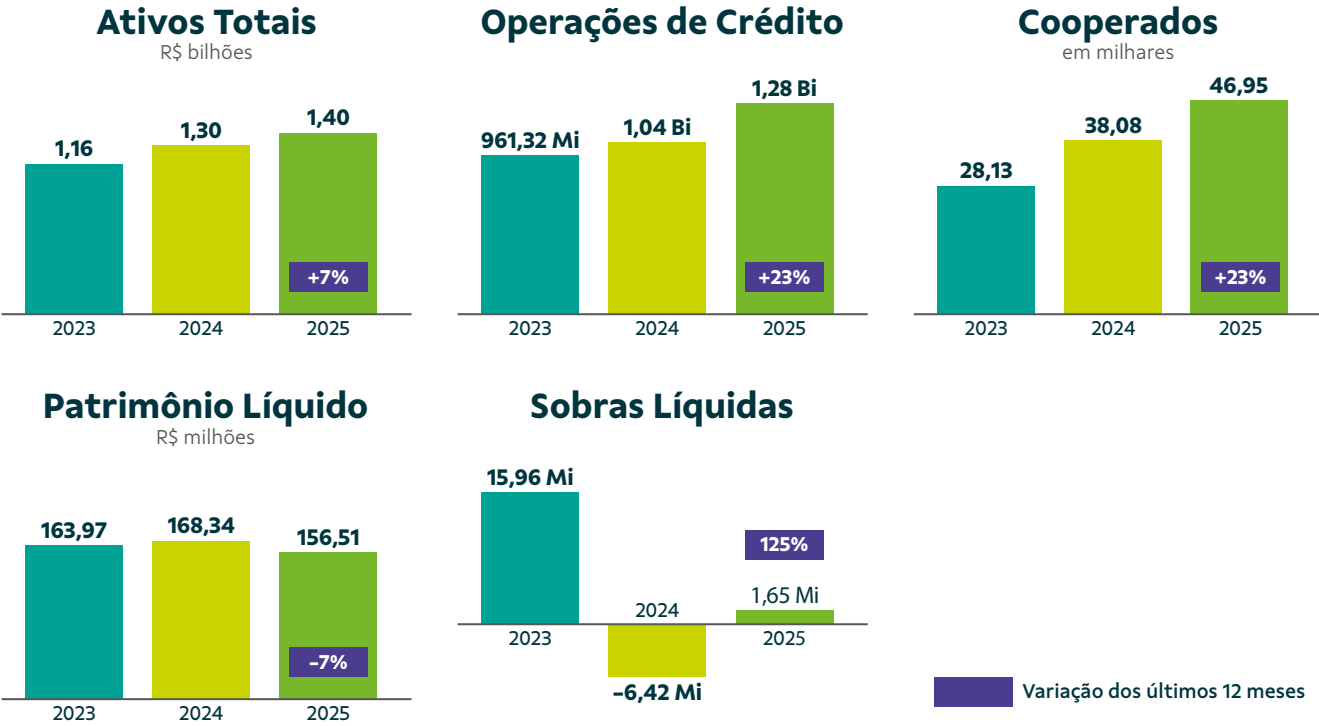


423
municípios brasileiros em que somos os **únicos** presentes fisicamente

GRANDES NÚMEROS SICOOB



GRANDES NÚMEROS SICOOB NORTE MT



**Relatório da Administração 31 de dezembro de 2025****COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT**

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB NORTE MT.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa Cooperativa

O SICOOB NORTE MT é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL RONDON e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2025, o SICOOB NORTE MT registrou o total 73 (setenta e três) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências. Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: reais

Resultados Financeiros do Período	31/12/2025
Prejuízo do Exercício	(173.660,80)

Número de cooperados	31/12/2025
Total	46.951

Carteira de Crédito	31/12/2025
Carteira Rural	168.336.409,83
Carteira Comercial	880.275.819,24
Total	1.048.612.229,07

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 17,33% da carteira, no montante de R\$ 201.864.267,77.

Captações	31/12/2025
Depósitos à vista	297.506.153,73
Depósitos de Poupança	17.955.042,34
Depósitos a prazo	551.088.621,66
LCA	122.347.245,51
TOTAL	988.897.063,24

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 20,35% da captação, no montante de R\$ 195.053.208,18

Patrimônio de referência	31/12/2025
Total	158.809.698,13

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

SINOP-MT, 31 de dezembro de 2025.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte de Mato Grosso - Sicoob Norte MT

Sinop – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte de Mato Grosso - Sicoob Norte MT, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Norte MT em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 6 de março de 2026.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

SICOOB NORTE MT
CNPJ: 23.623.636/0001-95
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2025
ATIVO		1.396.006.391,10
DISPONIBILIDADES	5	10.849.601,26
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.290.372.400,47
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	6.757.802,80
Relações Interfinanceiras	6.6	250.701.082,54
Operações de Crédito	7	1.048.612.229,07
Outros Créditos	7	117.192.490,28
Outros Ativos Financeiros	9	5.219.633,39
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7	(138.110.837,61)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	6.2	181.779,94
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		181.779,94
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		26.766.844,38
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	26.766.844,38
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	1.435.023,75
OUTROS ATIVOS	11	41.273.588,12
IMOBILIZADO DE USO	12	38.047.749,65
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	440.506,04
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(13.361.102,51)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(13.077.938,20)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(283.164,31)
TOTAL DO ATIVO		1.396.006.391,10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.396.006.391,10
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.237.834.349,34
DEPÓSITOS	14	866.549.817,73
Depósitos à Vista		297.506.153,73
Depósito de Poupança		17.955.042,34
Depósitos a Prazo		551.088.621,66
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		122.347.245,51
Recursos por Emissão de Letras	15.1	122.347.245,51
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		100.968.864,11
Repasse Interfinanceiros	16.1	100.968.864,11
OUTROS PASSIVOS		134.651.500,70
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.1	119.903.157,26
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.2	357.538,00
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.3	2.776.969,17
Outras Obrigações	17.5	11.613.836,27
PROVISÕES		13.316.921,29
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.1	6.896.273,05
Provisão para Pagamento a Efetuar	18.2	6.368.551,62
Provisão para Contingências	18.4	52.096,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	158.172.041,76
Capital Social		146.294.392,02
Reservas de Sobras		11.381.285,94
Sobras ou Perdas Acumuladas		496.363,80
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.396.006.391,10

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

SICOOB NORTE MT
CNPJ: 23.623.636/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		124.384.237,04	240.367.524,07
Resultado de Operações de Crédito	7.4	106.655.380,78	204.802.969,03
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7	-	(266,67)
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7	207.992,47	207.992,47
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	17.520.863,79	35.356.829,24
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(64.335.251,60)	(119.720.862,36)
Operações de Captação no Mercado	14.2	(52.361.720,81)	(98.082.998,99)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.2 e 17.1	(11.973.530,79)	(21.637.863,37)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		60.048.985,44	120.646.661,71
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(37.125.088,06)	(63.190.418,07)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.923.897,38	57.456.243,64
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(31.566.667,65)	(57.718.034,59)
Rendas de Tarifas Bancárias	22	5.203.080,30	10.142.411,61
Receitas de Prestação de Serviços	23	15.382.974,03	29.438.211,86
Despesas de Pessoal	24	(22.590.925,01)	(42.920.473,56)
Outras Despesas Administrativas	25	(22.263.793,77)	(43.458.189,85)
Despesas Tributárias	26	(667.968,62)	(1.198.085,11)
Outras Despesas Operacionais	27	(12.974.106,31)	(20.990.629,99)
Outras Receitas Operacionais	28	6.344.071,73	11.268.720,45
PROVISÕES	29	2.658.962,08	1.111.632,85
Provisões/Reversões para Contingências		13.844,44	53.218,08
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		2.645.117,64	1.058.414,77
RESULTADO OPERACIONAL		(5.983.808,19)	849.841,90
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	130.890,96	(85.916,18)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(5.852.917,23)	763.925,72
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(525.550,54)	(937.586,52)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(324.098,19)	(576.799,80)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(201.452,35)	(360.786,72)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(6.378.467,77)	(173.660,80)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT
SICOOB NORTE MT
CNPJ: 23.623.636/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(6.378.467,77)	(173.660,80)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(6.378.467,77)	(173.660,80)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT
SICOOB NORTE MT
CNPJ: 23.623.636/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		143.711.054,49	(2.481.952,16)	24.746.166,78	6.204.806,97	172.180.076,08
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(14.357.608,43)	(14.357.608,43)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		10.039.064,53	541.560,05	-	-	10.580.624,58
Por Devolução (-)		(5.465.608,25)	-	-	-	(5.465.608,25)
Estorno de Capital		(49.726,64)	-	-	-	(49.726,64)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(14.357.608,43)	14.357.608,43	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.828.206,79	1.828.206,79
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	(6.378.467,77)	(6.378.467,77)
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	992.727,59	(992.727,59)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(165.454,60)	(165.454,60)
Saldos em 31/12/2025		148.234.784,13	(1.940.392,11)	11.381.285,94	496.363,80	158.172.041,76
Saldos em 31/12/2024		146.402.106,41	(2.352.279,06)	30.708.220,55	(5.962.053,77)	168.795.994,13
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(14.357.608,43)	(14.357.608,43)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	(5.962.053,77)	5.962.053,77	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		17.506.808,68	411.886,95	-	-	17.918.695,63
Por Devolução (-)		(15.613.617,72)	-	-	-	(15.613.617,72)
Estorno de Capital		(60.513,24)	-	-	-	(60.513,24)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(14.357.608,43)	14.357.608,43	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.828.206,79	1.828.206,79
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	(173.660,80)	(173.660,80)
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	992.727,59	(992.727,59)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(165.454,60)	(165.454,60)
Saldos em 31/12/2025		148.234.784,13	(1.940.392,11)	11.381.285,94	496.363,80	158.172.041,76

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

SICOOB NORTE MT
CNPJ: 23.623.636/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(5.852.917,23)	763.925,72
		(881.159,22)	(881.159,22)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8,3	37.125.088,06	63.190.418,07
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	(2.645.117,64)	(1.058.414,77)
Provisões/Reversões Não Operacionais		(210.908,90)	-
Provisões/Reversões para Contingências	29	(13.844,44)	(53.218,08)
Atualização de Depósitos em Garantia	28	-	(130,09)
Depreciações e Amortizações	25	2.363.418,36	4.598.875,73
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		29.884.558,99	66.560.297,36
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(6.939.582,74)	(6.939.582,74)
Relações Interfinanceiras		(17.955.042,34)	(17.955.042,34)
Operações de Crédito		(62.199.233,49)	(120.150.240,37)
Outros Ativos Financeiros		(20.536.294,90)	(42.558.315,46)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(188.422,04)	371.164,21
Outros Ativos		(29.303.495,06)	(32.901.316,51)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista		(36.910.299,61)	35.458.038,76
Depósitos a Prazo		(35.504.173,07)	77.647.167,95
Outros Depósitos		17.955.042,34	17.955.042,34
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		27.946.329,57	(21.669.777,89)
Relações Interfinanceiras		6.994.764,18	3.380.637,10
Obrigações por Empréstimos e Repasses		94.903.157,26	(7.902.209,24)
Outros Passivos Financeiros		(304.082,46)	642.953,47
Provisões		1.708.094,31	7.923.248,84
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		507.219,54	336.271,90
Outros Passivos		(7.130.704,72)	3.946.661,97
FATES - Atos Cooperativos		(165.454,60)	(165.454,60)
Reversão/Realização de Fundos		1.828.206,79	1.828.206,79
Imposto de Renda Pago		-	(1.027.552,10)
Contribuição Social Pago		-	(631.101,73)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(35.409.412,05)	(35.850.902,29)
Atividades de Investimentos			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		881.159,22	881.159,22
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.381.699,59)	(5.656.372,34)
Aquisição de Investimentos		(881.159,22)	(881.159,22)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.381.699,59)	(5.656.372,34)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		10.580.624,58	17.918.695,63
Devolução de Capital aos Cooperados		(5.465.608,25)	(15.613.617,72)
Estorno de Capital		(49.726,64)	(60.513,24)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		5.065.289,69	2.244.564,67
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(33.725.821,95)	(39.262.709,96)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		277.321.463,41	282.858.351,42
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	243.595.641,46	243.595.641,46
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(33.725.821,95)	(39.262.709,96)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT, doravante denominado **SICOOB NORTE MT**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **26/10/2015**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICIPIO DE CACOAL /RO - SICOOB CENTRAL RONDON** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB NORTE MT, sediado à **AVENIDA DAS ITAÚBAS, Nº 3779, SETOR COMERCIAL, SINOP - MT**, possui: 27 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: SINOP - MT, COLÍDER - MT, ALTA FLORESTA - MT, GUARANTÃ DO NORTE - MT, MATUPÁ - MT, PARANAÍTA - MT, NOVA CANAÃ DO NORTE - MT, CLÁUDIA - MT, FELIZ NATAL - MT, VERA - MT, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, ITAÚBA - MT, CARLINDA - MT, NOVA SANTA HELENA - MT, SANTA CARMEM - MT, NOVO MUNDO - MT, TERRA NOVA DO NORTE - MT, MARCELÂNDIA - MT, UNIÃO DO SUL - MT, NOVA GUARITA - MT, NOVO PROGRESSO - PA, ITAITUBA - PA, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB NORTE MT tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a



Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 27/02/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(ii) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros



Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
 - como os gestores do negócio são remunerados;
 - e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado Líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.



O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos



fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- intangíveis 20%.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico

CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.23 Operações de Arrendamento - Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.24 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.



Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	168.795.994,13
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito (1)	(14.399.363,89)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	41.755,46
Patrimônio líquido conforme a Res. CMN Nº 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	154.438.385,70

(1) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos;

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	89.211.380,96	(63.325.695,80)	25.885.685,16	Valor Justo por Meio do Resultado
	Provisão para perdas esperadas	(893.276,29)	893.276,29	-	Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	263.392.302,43	-	263.392.302,43	Custo Amortizado
Operações de Crédito	Operações de Crédito	969.981.671,15	41.755,46	970.023.426,61	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(84.064.641,11)	(12.214.650,92)	(96.279.292,03)	Custo Amortizado
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	7.915.136,36	-	7.915.136,36	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(6.422.718,12)	179.561,12	(6.243.157,00)	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(23.644,71)	23.644,71	-	Custo Amortizado
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	1.696.542,62	1.696.542,62	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(46.504,47)	(46.504,47)	Custo Amortizado
	CPRF	-	63.325.695,80	63.325.695,80	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(555.327,21)	(555.327,21)	Custo Amortizado
	Outros Ativos Financeiros	6.574.790,37	(1.696.542,62)	4.878.247,75	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		1.245.671.001,04	(11.678.245,02)	1.233.992.756,02	
Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	735.489.568,68	-	735.489.568,68	Custo Amortizado
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	144.017.023,40	-	144.017.023,40	Custo Amortizado
	Relações Interfinanceiras	97.588.227,01	-	97.588.227,01	Custo Amortizado
	Perdas Esperadas - Garantias Financeiras Prestadas	8.640.157,74	(2.393.753,17)	6.246.404,57	Custo Amortizado
	Total Passivos Financeiros	985.734.976,83	(2.393.753,17)	983.341.223,66	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	10.849.601,26	-	10.849.601,26
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	232.746.040,20	-	232.746.040,20
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	243.595.641,46	-	243.595.641,46

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RONDON como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	35.356.829,24

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.757.802,80	-	6.757.802,80
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	6.757.802,80	-	6.757.802,80

a) Referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob com remuneração de 100% do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	181.779,94	-	-	181.779,94
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	181.779,94	-	-	181.779,94

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média 101% do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado



Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	26.766.844,38	-	26.766.844,38
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	26.766.844,38	-	26.766.844,38

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	6.939.582,74	-	6.939.582,74
TOTAL	-	6.939.582,74	-	6.939.582,74

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Participações Em Cooperativa Central De Crédito	-	-	26.766.844,38	26.766.844,38
TOTAL	-	-	26.766.844,38	26.766.844,38

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.757.802,80	-	6.757.802,80
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	181.779,94	-	181.779,94
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	26.766.844,38	-	26.766.844,38
TOTAL	33.706.427,12	-	33.706.427,12

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos - Centralização Financeira	232.746.040,20	-	232.746.040,20
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural	17.955.042,34	-	17.955.042,34
TOTAL	250.701.082,54	-	250.701.082,54

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Despesas de Ajuste a Valor Justo	(266,67)
TOTAL	(206,67)

b) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	207.992,47
TOTAL	207.992,47

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	6.939.582,74	-	-
TOTAL	6.939.582,74	-	-

7. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito - Custo Amortizado			
Empréstimos	715.127.688,19	(106.851.353,57)	608.276.334,62
Direitos Creditórios Descontados	51.760.828,22	(1.185.563,42)	50.575.264,80
Adiantamento a Depositantes	904.129,26	(684.781,04)	219.348,22
Cheque Especial	20.013.999,42	(4.769.705,74)	15.244.293,68
Financiamentos	92.469.174,15	(9.305.873,22)	83.163.300,93
Financiamentos Rurais	168.336.409,83	(1.638.412,62)	166.697.997,21
Total - Operações de Crédito	1.048.612.229,07	(124.435.689,61)	924.176.539,46
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	14.102.647,06	(10.109.621,13)	3.993.025,93
CPRF	98.197.557,47	(3.538.731,39)	94.658.826,08
Ativos não Financeiros - Concessão de Crédito	4.892.285,75	(26.795,48)	4.865.490,27
Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	117.192.490,28	(13.675.148,00)	103.517.342,28
Garantias financeiras prestadas			
Outras Fianças Bancárias	2.390.911,43	-	2.390.911,43
Outras Garantias Financeiras Prestadas	145.300.725,34	(5.187.989,80)	140.112.735,54
Total - Garantias financeiras prestadas	147.691.636,77	(5.187.989,80)	142.503.646,97

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Próprios	
Custeio Pecuária - Recursos Próprios	9.258.478,12
Investimento Pecuária - Recursos Próprios	283.527,73
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à Vista	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados à Vista	7.999.797,65
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados à Vista	27.831.883,24
Investimento Pecuária - Recursos Direcionados à Vista	184.369,38
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados da Poupança Rural	14.216.732,79
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados da Poupança Rural	25.995.082,51
Investimento Agricultura - Recursos Direcionados da Poupança Rural	4.231.405,88
Investimento Pecuária - Recursos Direcionados da Poupança Rural	3.104.947,99
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	10.888.308,46
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados de LCA	23.045.148,48
Investimento Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	29.696.637,85
Investimento Pecuária - Recursos Direcionados de LCA	9.961.677,13
Financiamentos Rurais com Recursos de Fontes Públicas	
TOTAL	166.697.997,21

7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica



Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	74,56	-	-	74,56	-
Setor Privado - Serviços	369.032.010,71	46.225.493,13	-	415.257.503,84	39,60%
Pessoa Física	417.827.917,92	46.135.278,47	168.336.409,83	632.299.606,22	60,30%
Outros	946.641,90	108.402,55	-	1.055.044,45	0,10%
TOTAL	787.806.645,09	92.469.174,15	168.336.409,83	1.048.612.229,07	100,00%

7.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

31/12/2025		
Natureza da Operação	Renegociadas	Reestruturadas
Operações de Crédito	132.625.012,24	-
TOTAL	132.625.012,24	

7.4 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	811.659,73
Rendas de Empréstimos	137.925.340,13
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.068.343,00
Rendas de Financiamentos	20.415.179,55
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.552.164,43
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	3.560.296,30
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	3.540.776,06
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	6.250.660,70
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	223.733,88
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	9.138.398,72
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	12.288.286,30
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	645.667,54
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.616.165,85)
(-) Est. Juros Créditos por Avais e Fianças Honrados	(1.371,46)
TOTAL	204.802.969,03

7.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	122.341,38	781.787,88	904.129,26
Direitos Creditórios Descontados	50.045.406,92	270.975,53	1.444.445,77	51.760.828,22
Empréstimos	531.844.180,82	31.689.972,72	171.607.534,07	735.141.687,61
Financiamentos	76.807.567,38	5.038.504,45	10.623.102,32	92.469.174,15
Financiamentos Rurais	166.553.533,94	130.315,97	1.652.559,92	168.336.409,83
Garantias Financeiras Prestadas	137.829.424,75	3.454.633,19	6.407.578,83	147.691.636,77
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	4.892.285,75	-	14.102.647,06	18.994.932,81
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	86.882.883,60	2.820.415,77	8.494.258,10	98.197.557,47
TOTAL	1.054.855.283,16	43.527.159,01	215.113.913,95	1.313.496.356,12

a) Outros Créditos são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento

Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	101.823,45	-	-	802.305,81	904.129,26
Direitos Creditórios Descontados	44.941.179,01	5.132.869,94	-	1.686.779,27	51.760.828,22
Empréstimos	62.387.026,67	210.662.537,82	433.670.218,03	28.421.905,09	735.141.687,61
Financiamentos	12.079.310,43	30.699.908,31	47.208.597,50	2.481.357,91	92.469.174,15
Financiamentos Rurais	11.184.948,52	92.663.133,84	62.938.892,55	1.549.434,92	168.336.409,83
Garantias Financeiras Prestadas	17.610.471,62	56.647.357,69	72.206.685,51	1.227.121,95	147.691.636,77
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	590.733,62	662.185,38	3.737.377,12	14.004.636,69	18.994.932,81
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	8.416.171,25	27.323.712,36	62.457.673,86	0,00	98.197.557,47
Total	157.311.664,57	423.791.705,34	682.219.444,57	50.173.541,64	1.313.496.356,12

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	15.402.861,68	1,32%
10 Maiores Devedores	124.461.657,50	10,69%
50 Maiores Devedores	329.944.737,81	28,33%

7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	1.030.099.265,18	85.049.632,54	110.519.140,53	1.225.668.038,25
(-) Transferido para Estágio 1	-	(12.250.774,27)	(798.549,29)	(13.049.323,56)
(-) Transferido para Estágio 2	(25.214.446,59)	-	(858.418,30)	(26.072.864,89)
(-) Transferido para Estágio 3	(47.642.748,60)	(16.526.879,81)	-	(64.169.628,41)
(+) Transferido do Estágio 1	-	25.214.446,59	47.642.748,60	72.857.195,19
(+) Transferido do Estágio 2	12.250.774,27	-	16.526.879,81	28.777.654,08
(+) Transferido do Estágio 3	798.549,29	858.418,30	-	1.656.967,59
(+) Aquisição	577.187.011,18	9.324.902,30	111.484.975,53	697.996.889,01
(+) Apropriação de Juros	36.355.329,05	1.267.161,05	642.096,46	38.264.586,56
(-) Liquidação	(361.212.644,51)	(38.902.881,35)	(38.010.695,40)	(438.126.221,26)
(-) Liquidação Parcial	(167.765.806,11)	(9.195.175,17)	(8.738.651,06)	(185.699.632,34)
(-) Baixa para prejuízo	-	(1.311.691,17)	(23.295.612,93)	(24.607.304,10)
Saldo Final	1.054.855.283,16	43.527.159,01	215.113.913,95	1.313.496.356,12

7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	1.225.668.038,25
(+) Aquisição	697.996.889,01
(+) Apropriação de Juros	38.264.586,56
(-) Liquidação	(438.126.221,26)
(-) Liquidação Parcial	(185.699.632,34)
(-) Baixa para prejuízo	(24.607.304,10)
Saldo Final	1.313.496.356,12

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	(2.683.660,80)

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:



Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	26.347,79	658.433,25	684.781,04
Direitos Creditórios Descontados	157.978,42	2.272,35	1.025.312,65	1.185.563,42
Empréstimos	9.880.613,56	2.910.943,25	98.829.502,50	111.621.059,31
Financiamentos	1.379.521,07	679.757,65	7.246.594,50	9.305.873,22
Financiamentos Rurais	232.224,45	9.232,39	1.396.955,78	1.638.412,62
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	205.732,38	199.815,63	3.133.183,38	3.538.731,39
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	26.795,48	-	10.109.621,13	10.136.416,61
Garantias Financeiras Prestadas (a)	772.873,82	282.868,41	4.132.247,57	5.187.989,80
TOTAL	12.655.739,18	4.111.237,47	126.531.850,76	143.298.827,41

a) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	22.242.186,68	13.166.379,07	79.035.252,38	114.443.818,13
(-) Transferido para Estágio 1	-	(2.549.606,20)	(572.991,28)	(3.122.597,48)
(-) Transferido para Estágio 2	(1.217.702,29)	-	(719.745,30)	(1.937.447,59)
(-) Transferido para Estágio 3	(2.430.863,59)	(3.556.922,45)	-	(5.987.786,04)
(+) Transferido do Estágio 1	-	1.217.702,29	2.430.863,59	3.648.565,88
(+) Transferido do Estágio 2	2.549.606,20	-	3.556.922,45	6.106.528,65
(+) Transferido do Estágio 3	572.991,28	719.745,30	-	1.292.736,58
(+) Constituição Novas Operações	5.817.653,39	854.525,56	55.025.152,81	61.697.331,76
(+) Constituição Aumento de Provisão	1.578.884,84	1.387.499,39	42.608.237,09	45.574.621,32
(-) Reversão Total	(6.275.115,25)	(5.063.019,78)	(2.977.144,79)	(14.315.279,82)
(-) Reversão Parcial	(10.181.902,08)	(1.814.159,50)	(30.995.782,72)	(42.991.844,30)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	(250.906,21)	(20.858.913,47)	(21.109.819,68)
Provisão Final	12.655.739,18	4.111.237,47	126.531.850,76	143.298.827,41

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	114.443.818,13
(+) Constituição Novas Operações	61.697.331,76
(+) Constituição Aumento de Provisão	45.574.621,32
(-) Reversão Total	(14.315.279,82)
(-) Reversão Parcial	(42.991.844,30)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(21.109.819,68)
Provisão Final	143.298.827,41

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	90.308.296,30
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	9.426.429,05
Reversões de Provisões para Outros Créditos	2.425.003,63
Provisões para Operações de Crédito	(141.861.621,96)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(21.780.241,84)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(1.708.283,25)
TOTAL	(63.190.418,07)

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (9.1)	5.067.646,26	-	5.067.646,26
Títulos e Créditos a Receber (9.2)	151.987,13	-	151.987,13
TOTAL	5.219.633,39	-	5.219.633,39

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	17.205,88	-	17.205,88
Rendas de Cartões	1.697.850,38	-	1.697.850,38
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	2.924.230,72	-	2.924.230,72
Rendas de Domicílio Bancário	382.603,73	-	382.603,73
Rendas de Poupança	23.217,38	-	23.217,38
Rendas de Transações Interfinanceiras	22.498,00	-	22.498,00
Outras Rendas a Receber	40,17	-	40,17
TOTAL	5.067.646,26	-	5.067.646,26

9.2 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	149.638,74	-	149.638,74
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	2.348,39	-	2.348,39
TOTAL	151.987,13	-	151.987,13

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	601.583,98	601.583,98
CSLL não compensado no próprio exercício	-	234.625,76	234.625,76
Contribuição Social - antecipações - a compensar	-	189.099,38	189.099,38
IRPJ - antecipações - a compensar	-	380.740,55	380.740,55
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	3.193,20	3.193,20
PIS - a compensar	-	5.601,87	5.601,87
IOF - a compensar	-	6.846,10	6.846,10
Valores a restituir - PERDCOMP	-	13.329,36	13.329,36
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	3,55	3,55
TOTAL	-	1.435.023,75	1.435.023,75

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.512,43	-	39.512,43
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	76.972,71	-	76.972,71
Devedores Diversos – País (11.1)	336.179,90	-	336.179,90
Ativos em Estoque	591.871,24	-	591.871,24
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (11.2)	38.612.275,40	-	38.612.275,40
Despesas Antecipadas (11.3)	1.616.776,44	-	1.616.776,44
TOTAL	41.273.588,12	-	41.273.588,12



11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	158.261,65	-	158.261,65
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	84.395,86	-	84.395,86
Diferença de Caixa	3.312,11	-	3.312,11
Estoque de Pontos	25,06	-	25,06
Pendências Avais	45.129,18	-	45.129,18
Outros Devedores Diversos	45.056,04	-	45.056,04
TOTAL	336.179,90	-	336.179,90

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	595.306,32	-	595.306,32
Aluguéis	124.951,44	-	124.951,44
Processamento de Dados	131.173,35	-	131.173,35
Vale Refeição e Alimentação	619.628,00	-	619.628,00
Software	87.893,59	-	87.893,59
Propaganda e Publicidade	11.440,00	-	11.440,00
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	46.383,74	-	46.383,74
TOTAL	1.616.776,44	-	1.616.776,44

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Móveis e Equipamentos em Estoque		893.739,58	-	893.739,58
Imobilizado em Curso (a)		131.000,00	-	131.000,00
Instalações	10%	1.632.144,46	(992.907,00)	639.237,46
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	18.711.292,77	(6.717.472,85)	11.993.819,92
Veículos	20%	243.558,38	(173.815,90)	69.742,48
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		14.415.976,60	(5.049.104,20)	9.366.872,40
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário (b)		1.960.237,86	(130.551,84)	1.829.686,02
Outros Imobilizados de Uso		59.800,00	(14.086,41)	59.800,00
Subtotal		38.047.749,65	(13.077.938,20)	24.969.811,45

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Celebramos contratos de arrendamento, para o bem imóvel comercial, que está registrado como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento nota 17.1.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	440.506,04	(283.164,31)	157.341,73
Total Intangível e Ágio		440.506,04	(283.164,31)	157.341,73

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	297.506.153,73	-	297.506.153,73
Depósitos de Poupança	17.955.042,34	-	17.955.042,34
Depósitos a Prazo (b)	550.944.813,77	143.807,89	551.088.621,66
TOTAL	866.406.009,84	143.807,89	866.549.817,73

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	18.698.931,80	1,95%
10 Maiores Depositantes	137.442.264,62	14,34%
50 Maiores Depositantes	288.596.085,76	30,12%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(94.306,28)
Despesas de Depósitos a Prazo	(81.443.319,06)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(14.831.816,69)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(251.364,66)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.462.192,30)
TOTAL	(98.082.998,99)

15. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras



Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	117.328.514,01	5.018.731,50	122.347.245,51
TOTAL	117.328.514,01	5.018.731,50	122.347.245,51

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.2 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	75.651.091,40	33.922.273,10	109.573.364,50
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob	(4.059.395,69)	(4.545.104,70)	(8.604.500,39)
TOTAL	71.591.695,71	29.377.168,40	100.968.864,11

a) As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8,64% ao ano, com vencimento até 18/11/2030.

16.2 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(21.624.552,02)
Outras Instituições	(4.391,95)
Despesa Financeira – Juros Passivo De Arrendamento	(8.919,40)
TOTAL	(21.637.863,37)

17. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (17.1)	119.903.157,26	-	119.903.157,26
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemlhados (17.2)	357.538,00	-	357.538,00
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (17.3)	2.776.969,17	-	2.776.969,17
Outras Obrigações (17.5)	11.613.836,27	-	11.613.836,27
TOTAL	134.651.500,70	-	134.651.500,70

17.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco Sicoob	118.000.000,00	-	118.000.000,00
Passivo de Arrendamento (a)	1.903.157,26	-	1.903.157,26
TOTAL	119.903.157,26	-	119.903.157,26

(a) Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 12, abaixo o reconhecimento das despesas.

a) Arrendamento de Baixo Valor – Arrendatário

31/12/2025	
Descrição	Valor Contábil
Arrendamento de Ativos de Baixo Valor - Arrendatário	11.874.000,00
Total	11.874.000,00

b) Despesa com Arrendamento – Arrendatário

31/12/2025	
Descrição	Valor Contábil
Despesa de Depreciação de Direito de Uso - Arrendatário	(130.551,84)
Despesa Financeira - de Juros Passivo de Arrendamento - Arrendatário	(8.919,40)
Total	(139.471,24)

17.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemlhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemlhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	352.702,26	-	352.702,26
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemlhados	4.835,74	-	4.835,74
TOTAL	357.538,00	-	357.538,00

17.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	937.586,52	-	937.586,52
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	85.017,34	-	85.017,34
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.355.425,22	-	1.355.425,22
Outros (17.4)	398.940,09	-	398.940,09
TOTAL	2.776.969,17	-	2.776.969,17

17.4 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	352.274,41	-	352.274,41
ISSQN a Recolher	30.957,70	-	30.957,70
PIS Faturamento a Recolher	1.379,46	-	1.379,46
COFINS a Recolher	14.328,52	-	14.328,52
TOTAL	398.940,09	-	398.940,09



17.5 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (17.6)	4.806.531,83	-	4.806.531,83
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (17.7)	420.398,28	-	420.398,28
Credores Diversos – País (17.8)	5.611.233,55	-	5.611.233,55
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	93.014,58	-	93.014,58
Recursos em Trânsito de Terceiros (17.9)	682.658,03	-	682.658,03
TOTAL	11.613.836,27	-	11.613.836,27

17.6 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	4.470.578,09	-	4.470.578,09
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	335.953,74	-	335.953,74
TOTAL	4.806.531,83	-	4.806.531,83

a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17.7 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros

O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

17.8 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	50.308,09	-	50.308,09
Valores a Repassar à Cooperativa Central	1.077.455,88	-	1.077.455,88
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	378.527,15	-	378.527,15
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	2.886.206,27	-	2.886.206,27
Diferença de Caixa	4.407,35	-	4.407,35
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	104.419,34	-	104.419,34
Pendências a Regularizar	698.491,87	-	698.491,87
Valores a Liquidar Consignado	701,84	-	701,84
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	71.126,00	-	71.126,00
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	212.000,00	-	212.000,00
Outros Credores Diversos - País	127.589,76	-	127.589,76
TOTAL	5.611.233,55	-	5.611.233,55

17.9 Recursos em Trânsito de Terceiros

Os recursos em trânsito de terceiros que não sejam decorrentes de relação interdependência, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança De Terceiros Em Trânsito	681.465,73	-	681.465,73
Convênio - Carnês E Assemelhados	150,70	-	150,70
Convênio - Seguros	281,03	-	281,03
Convênio - Demais Empresas	670,57	-	670,57
Convênio - Telefonia Recarga On-Line	90,00	-	90,00
TOTAL	682.658,03	-	682.658,03

18. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (18.1)	6.896.273,05	-	6.896.273,05
Provisão para Pagamento a Efetuar (18.2)	6.368.551,62	-	6.368.551,62
Provisão para Contingências (18.4)	-	52.096,62	52.096,62
TOTAL	13.264.824,67	52.096,62	13.316.921,29

18.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.708.283,25	-	1.708.283,25
Garantias Financeiras Prestadas (a)	5.187.989,80	-	5.187.989,80
TOTAL	6.896.273,05	-	6.896.273,05

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	145.300.725,34
Outras Fianças Bancárias	2.390.911,43
TOTAL	147.691.636,77

18.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.822.188,00	-	3.822.188,00
Custos de Transações Interfinanceiras	35.534,83	-	35.534,83
Seguro Prestamista	856.036,61	-	856.036,61
Despesas com Cartões	739.419,75	-	739.419,75
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	344.860,46	-	344.860,46
Segurança e Vigilância	17.145,30	-	17.145,30
Manutenção e Conservação de Bens	14.369,11	-	14.369,11
Compensação	60.283,44	-	60.283,44
Aluguéis	199.528,32	-	199.528,32
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	279.185,80	-	279.185,80
TOTAL	6.368.551,62	-	6.368.551,62



18.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

18.4 Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
Outras Contingências	52.096,62
TOTAL	52.096,62

18.5 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	136.753,68	136.753,68
Constituição da provisão	216.025,09	216.025,09
Reversão da provisão	(300.682,15)	(300.682,15)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	52.096,62	52.096,62

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NORTE MT, em 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.414.892,54. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	146.294.392,02
Associados	46.951

19.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

19.3 Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das perdas do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

- Para Fundo de Reserva, no valor de R\$ (5.962.053,77).

19.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Perda do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	(173.660,80)
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(14.357.608,43)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	14.357.608,43
Perda Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	-173.660,80
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	1.828.206,79
Perda líquida, base de cálculo das destinações	1.654.545,99
Destinação para o Fundo de Reserva (60%) (b)	(992.727,59)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (10%) (c)	(165.454,60)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	496.363,80

a) Foi deliberada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2025, a utilização de recursos do Fundo de Reserva para a absorção dos efeitos do ajuste de transição realizados em sobras ou perdas acumuladas decorrente da aplicação dos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no montante de R\$ 14.357.608,43. Os principais aspectos de ajustes estão relacionados à mudança do cálculo da provisão para as operações de crédito.

b) 60% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.



O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	9.987.221,11
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(5.459.110,70)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(2.014.459,97)
Resultado Operacional	2.513.640,44
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	(85.916,18)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.427.724,26
IRPJ/CSLL	937.586,52
Deduções de Receitas com Associados - Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CCI1.762/25 (a.1 e a.2)	(7.821.279,89)
Resultado de Atos Não Cooperativos (prejuízo líquido)	(6.331.142,15)

a.1) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

a.2) Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

21. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(98.082.998,99)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(21.628.943,97)
Despesas de Arrendamento	(8.919,40)
TOTAL	(119.720.862,36)

22. Rendas de Tarifas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	4.196.665,07
Rendas de Serviços Prioritários - PF	494.391,64
Rendas de Serviços Especiais - PF	200,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.542.635,00
Rendas de Outras Tarifas - PJ	908.519,90
TOTAL	10.142.411,61

23. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	2.344.904,20
Rendas por Serviços de Pagamento - Conectividade	2.348,39
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	3.265.393,42
Rendas de Convênios	125.626,57
Rendas de Comissão de Outros Serviços	19.671,25
Rendas de Outros Serviços	433.777,89
Rendas de Comissão de Seguros	5.071.917,19
Rendas de Comissão de Previdência	6.417,83
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	3.941.125,38
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	2.738.582,89
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	10.120,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	8.659.984,11
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.597.998,81
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.220.343,93
TOTAL	29.438.211,86

24. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(452.650,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.851.464,42)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(10.679.000,13)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(7.685.038,69)
Despesas de Pessoal - Proventos	(20.218.690,83)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(33.629,49)
TOTAL	(42.920.473,56)

25. Outros Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.048.520,61)
Despesas de Aluguéis	(5.154.729,46)
Despesas de Comunicações	(1.090.906,38)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.479.963,20)
Despesas de Material	(325.662,03)
Despesas de Processamento de Dados	(6.659.204,50)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.956.643,77)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.287.933,21)
Despesas de Seguros	(877.243,90)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.462.167,31)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.466.259,18)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.641.163,56)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.877.621,12)
Despesas de Transporte	(520.231,61)
Despesas de Viagem no País	(595.984,49)
Despesas de Amortização	(72.226,62)
Despesas de Depreciação	(4.526.649,11)
Outras Despesas Administrativas (25.1)	(5.415.079,79)
TOTAL	(43.458.189,85)

25.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(29.280,00)
Contribuição Sindical Patronal	(188.268,00)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.464.746,65)
Copa/Cozinha	(25.954,83)
Lanches e Refeições	(165.995,28)
Uniformes e Vestuários	(96.002,04)
Taxas da Junta Comercial	(532,00)
Medicamentos	(2.634,29)
Marcas e Patentes	(1.786,80)
Mensalidades Diversas	(34.577,50)
Rateio de Despesas da Central	(2.282.214,41)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(351.631,86)
Contribuição Confederativa	(132.645,17)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(608.426,41)
Outras Despesas Indedutíveis	(3.375,49)
Outras Despesas Administrativas	(27.009,06)
TOTAL	(5.415.079,79)

26. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(251.633,06)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(465.949,16)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(248.658,14)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(231.844,75)
TOTAL	(1.198.085,11)

27. Outras Despesas Operacionais



Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(11.459.319,70)
Perdas - Fraudes Externas	(15.130,00)
Perdas - Práticas Inadequadas	(11.427,47)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.802.610,55)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais (a)	(7.702.142,27)
TOTAL	(20.990.629,99)

a) Em Outras despesas e dispêndios operacionais estão registrados:

Descrição	31/12/2025
Desc. Conc. Crédito Pessoal	(2.510.886,81)
Est. Juros Crédito Pessoal	(36.264,51)
Desc. Conc. Crédito Pessoal - Consignado	(576,25)
Desc. Conc. Capital De Giro	(864.458,32)
Est. Juros Capital De Giro	(6.436,23)
Desc. Conc. Outros Empréstimos	(3.402.913,91)
Est. Juros Outros Empréstimos	(107.279,40)
Desc. Conc. Financ. Rurais - Rec. Direc. À Vista	(14.370,16)
Desc. Conc. CPR	(74.013,80)
Tarifa Recebimento Convênio	(47.258,68)
Perdas - Transações De Adquirência	(34.341,20)
Perdas - Demandas Cíveis	(7.800,00)
Bonificação De Seguro Prestamista	(14.056,47)
Multas E Juros Diversos	(4.583,46)
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(95,70)
Atualização - Honras - Fundos Garantidores	(16.299,04)
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(52.247,47)
Bonificação - Sicoob Tag	(2.416,43)
Contribuição A Outros Fundos	(248.207,07)
Atualização - Encargo Por Concessão De Garantia	(8.413,25)
Desconto Concedido - Avais E Fianças Honradas	(36.102,48)
Outras Despesas Operacionais	(213.121,63)
TOTAL	(7.702.142,27)

28. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.971.780,55
Atualização Depósitos Judiciais	130,09
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.109.919,43
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	7.159.428,16
Juros ao Capital	881.159,22
Outras Rendas Operacionais	146.303,00
TOTAL	11.268.720,45

29. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	(188,94)
Provisões para Contingências Cíveis	(20.659,71)
Provisões para Outras Contingências	(164.115,34)
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	45.421,57
Reversões de Provisões para Outras Contingências	192.760,50
Provisões/Reversões para Contingências	53.218,08
Provisões para Garantias Prestadas	(7.863.957,44)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	8.922.372,21
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1.058.414,77
TOTAL	1.111.632,85

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	402.332,99
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	24.254,13
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	610.908,90
Ganho de Capital	23.326,53
Receitas não Operacionais	1.060.822,55
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(515.012,31)
(-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens	(675,82)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(610.908,90)
(-) Perda de Capital	(20.066,00)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(75,70)
(-) Despesas não Operacionais	(1.146.738,73)
TOTAL	(85.916,18)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.



Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	2.354.066,88
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.556,00
Taxa média (a.m.)	
Direitos Creditórios Descontados	1,99%
Empréstimos	1,10%
Financiamentos	1,25%
Prazo médio (meses)	
Direitos Creditórios Descontados	1
Empréstimos	18
Financiamentos	52
Operações Passivas	
Depósitos	6.339.660,05
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.567.544,32
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	94,25%
Taxa Média - LCA (a.m.)	1,29%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	69
Prazo Médio - LCA (meses)	16
Garantias prestadas	44.751.947,61
Capital social	1.272.458,37
Remuneração	(4.873.465,74)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.476.100,27)
Encargos sociais	(1.022.001,32)
Benefícios	(375.364,15)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB NORTE MT, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL RONDON , que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RONDON , é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RONDON a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE MT responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RONDON perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON :

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 6.6)	250.701.082,54
Ativo - Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	26.766.844,38
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber (Nota 9.1)	2.924.230,72
Total de Operações Ativas	280.392.157,64
Receitas	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	35.356.829,24
Despesas	
Rateio de Despesas da Central (Nota 25.1)	(2.282.214,41)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	158.809.698,13
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.089.803.227,64
Índice de Basileia (mínimo 12%)	14,57%
Imobilizado para cálculo do limite	24.969.811,45
Índice de imobilização (limite 50%)	15,72%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(317.276,10)
TOTAL	(317.276,10)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco Operacional



As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmPad);

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de

entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.



De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

SINOP-MT

EDINEIA CARVALHO DA COSTA
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DIEGO SPIGUEL GRANJA
DIRETOR EXECUTIVO

KLEBER CÂNDIDO VARGAS RODRIGUES
DIRETOR DE RISCOS

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177-041



EXPEDIENTE

Relatório Anual 2025

Este informativo é uma publicação da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão
do Norte de Mato Grosso – **Sicoob Norte MT.**

COORDENAÇÃO

Precila Dapont

Maurício Kuster

Kryptonía Zyliana Souza de Carvalho

PRODUÇÃO

Textos e Edição

Patrícia Sampaio

Arte e Diagramação

Jefferson Belmonte

Fotos

Arquivo

Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111

Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 725 0996

www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br/web/sicoobnortemt



sicoobnortemt



sicooboficial



@SICOOB_oficial



sicoobnortemt



sicoob



sicoob



sicoob



Disponível
também em
versão digital